

Instituto de  
Estudos para  
Políticas de Saúde

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2021 e 2020**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro  
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Telefone +55 (21) 2207-9400  
kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Associados e Administradores do  
**Instituto de Estudos para Políticas de Saúde**  
Rio de Janeiro - RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (“IEPS” ou “Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, do Instituto em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Instituto e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.




- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 14 de julho de 2022

KPMG Auditores Independentes.  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

  
Thiago de Barros Albuquerque  
Contador CRC-RJ-115847/O-1

# Instituto de Estudos para Políticas de Saúde - IEPS

CNPJ Nº 32.121.994/0001-90 (Sede Rio de Janeiro) e 32.121.994/0002-71 (Filial São Paulo)

## Balancos Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais)

ATIVO	Nota	2021	2020	PASSIVO	Nota	2021	2020
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	24.965	11.980	Contas a pagar	9	982	39.530
Títulos e valores mobiliários	5	4.003.574	561.418	Obrigações tributárias	10	-	677
Créditos a receber	6	10.487	1.023	Obrigações trabalhistas e sociais	11	200.219	104.439
Doações a receber	7	2.323.336	1.169.157	Recursos para projetos sociais	12	2.579.066	1.438.790
		<b>6.362.362</b>	<b>1.743.578</b>			<b>2.780.267</b>	<b>1.583.436</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Doações a receber	7	1.929.891	2.234.843	Recursos para projetos sociais	12	1.929.891	2.234.843
Imobilizado	8	402.121	425.871				
Intangível	8	13.322	18.325			<b>1.929.891</b>	<b>2.234.843</b>
		<b>2.345.334</b>	<b>2.679.039</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
				Patrimônio Social	13	604.338	(1.950.379)
				Ajuste de exercícios anteriores		5.099	-
				Superávit do Exercício		3.388.101	2.554.717
						<b>3.997.538</b>	<b>604.338</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>8.707.696</b>	<b>4.422.617</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>8.707.696</b>	<b>4.422.617</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Miguel de Ouro Preto Corrêa do Lago  
Diretor Presidente

Angelita Rangel  
CRC 062.161-4

# Instituto de Estudos para Políticas de Saúde - IEPS

CNPJ Nº 32.121.994/0001-90 (Sede Rio de Janeiro) e 32.121.994/0002-71 (Filial São Paulo)

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais)

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>		<b>9.145.911</b>	<b>5.780.867</b>
<b>Com restrições</b>		<b>1.204.902</b>	<b>38.367</b>
Programas e Projetos Sociais		1.204.902	38.367
<b>Sem restrições</b>		<b>7.941.009</b>	<b>5.742.500</b>
Contribuições e Doações Voluntárias		7.465.788	5.700.000
Prestação de Serviços		475.221	42.500
<b>CUSTO DAS ATIVIDADES SOCIAIS</b>		<b>(3.911.668)</b>	<b>(1.764.303)</b>
Atividades Programáticas	14	(3.911.668)	(1.764.303)
<b>RESULTADO BRUTO</b>		<b>5.234.243</b>	<b>4.016.564</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(1.846.142)</b>	<b>(1.461.847)</b>
Despesas com pessoal	15	(1.348.176)	(878.388)
Serviços prestados	16	(157.577)	(142.224)
Viagens e estadias	17	(45.711)	(3.858)
Despesas gerais e administrativas	18	(299.818)	(325.645)
Depreciação e Amortização	8	(125.017)	(115.630)
Encargos e impostos	19	(64.957)	(13.162)
Resultado financeiro líquido	20	195.114	17.060
<b>SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO</b>		<b>3.388.101</b>	<b>2.554.717</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Miguel de Ouro Preto Corrêa do Lago  
Diretor Presidente

Angelita Rangel  
CRC 062.161-4

# Instituto de Estudos para Políticas de Saúde - IEPS

CNPJ Nº 32.121.994/0001-90 (Sede Rio de Janeiro) e 32.121.994/0002-71 (Filial São Paulo)

## Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Superávit do exercício	3.388.101	2.554.717
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultados abrangentes do exercício</b>	<b><u>3.388.101</u></b>	<b><u>2.554.717</u></b>

---

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

---

Miguel de Ouro Preto Corrêa do Lago  
Diretor Presidente

Angelita Rangel  
CRC 062.161-4



# Instituto de Estudos para Políticas de Saúde - IEPS

CNPJ Nº 32.121.994/0001-90 (Sede Rio de Janeiro) e 32.121.994/0002-71 (Filial São Paulo)

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Superávit</u>	<u>Total do Patrimônio Líquido</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	(1.950.379)	-	(1.950.379)
Superávit do exercício de 2019	-	2.554.717	2.554.717
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>(1.950.379)</b>	<b>2.554.717</b>	<b>604.338</b>
Incorporação do Superávit	2.554.717	(2.554.717)	-
Ajuste do exercício anterior	5.099	-	5.099
Superávit do exercício de 2021	-	3.388.101	3.388.101
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>609.437</b>	<b>3.388.101</b>	<b>3.997.538</b>

---

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

---

Miguel de Ouro Preto Corrêa do Lago  
Diretor Presidente

Angelita Rangel  
CRC 062.161-4

# Instituto de Estudos para Políticas de Saúde - IEPS

CNPJ Nº 32.121.994/0001-90 (Sede Rio de Janeiro) e 32.121.994/0002-71 (Filial São Paulo)

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Superávit do exercício	3.388.101	2.554.717
<b>Ajustes para reconciliar o superávit ao fluxo de caixa das atividades operacionais:</b>		
Depreciação/Amortização	125.017	115.630
<b>Superávit do Exercício Ajustado</b>	<b>3.513.118</b>	<b>2.670.347</b>
<b>(Aumento) Diminuição dos Ativos</b>		
Créditos a receber	(9.464)	(791)
Titulos e valores mobiliários	(3.442.156)	(522.965)
Doações a receber	(849.227)	(3.404.000)
	<b>(4.300.847)</b>	<b>(3.927.756)</b>
<b>Aumento (Diminuição) dos Passivos</b>		
Obrigações tributárias, trabalhistas e sociais	95.103	54.200
Contas a pagar	(38.548)	(2.410.470)
Recursos para projetos sociais	835.324	3.673.633
Ajuste de exercícios anteriores	5.099	-
	<b>896.978</b>	<b>1.317.363</b>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>109.249</b>	<b>59.954</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição de bens (imobilizado e intangível)	(96.264)	(62.872)
<b>Caixa líquido utilizado das atividades de investimentos</b>	<b>(96.264)</b>	<b>(62.872)</b>
<b>Aumento / (Diminuição) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>12.985</b>	<b>(2.918)</b>
<b>Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa</b>	11.980	14.898
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>24.965</b>	<b>11.980</b>
<b>Aumento / (Diminuição) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>12.985</b>	<b>(2.918)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Miguel de Ouro Preto Corrêa do Lago  
Diretor Presidente

Angelita Rangel  
CRC 062.161-4

## 1. CONTEXTO SOCIAL

O Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (“IEPS” ou “Instituto”), constituído em 10 de outubro de 2018 sob a razão social de Instituto de Estudos da Saúde, teve sua razão social alterada em 1º de julho de 2019, mediante aprovação em Assembleia Geral Extraordinária de seus Associados Fundadores.

O Instituto é uma associação civil sem fins lucrativos, independente e apartidária, com sede no Rio de Janeiro, na Avenida Ataulfo de Paiva, nº 1100, 7º andar, parte, Leblon, e filial em São Paulo, na Rua Itapeva, nº 286, conjunto 81 a 84, Bela Vista.

O Instituto tem por objeto social a análise do setor de saúde no Brasil, e suas componentes, com vistas a contribuir para o aprimoramento das políticas públicas relevantes para a área.

O Instituto defende a ideia de que toda a população brasileira deva ter acesso à saúde de qualidade e que o uso de recursos e a regulação do sistema de saúde sejam os mais efetivos possíveis. Defende também que o acesso à saúde respeite o princípio da equidade, tendo o Estado Brasileiro um papel relevante, de natureza distributiva, neste processo.

Atualmente, o IEPS possui quatro eixos de atuação:

1. Produção de pesquisa científica
2. Formulação de propostas de políticas públicas
3. Fortalecimento da gestão pública
4. Promoção de uma cultura de saúde

O Instituto também se propõe a ser um espaço de encontro e articulação que facilite e estimule o diálogo franco sobre todos os assuntos que têm a ver com o sistema de saúde, a pesquisa rigorosa e a coerência na formulação de políticas públicas de saúde.

O Instituto tem o prazo de duração indeterminado e sua dissolução só poderá ser efetuada por meio de decisão da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades.

Em caso de sua dissolução social, os bens remanescentes serão destinados a outra entidade sem fins lucrativos e econômicos, preferencialmente com a mesma finalidade, nos termos da legislação aplicável.

Para administração de suas atividades, o Instituto através de alteração de seu Estatuto em 30 de junho de 2021 passou a ter a seguinte estrutura:

- a. Assembleia Geral, seu órgão soberano, é a reunião dos associados, realizada com a finalidade de deliberar sobre matérias de IEPS.

- b. Diretoria, órgão responsável pela direção e representação do IEPS. É constituída por 1 Diretor Presidente, 1 Diretor de Pesquisa, 1 Diretor de Políticas Públicas e 1 Diretor Administrativo-Financeiro. O mandato da Diretoria é de três anos, permitidas reeleições.
- c. Conselho Consultivo, órgão de aconselhamento da Diretoria e dos associados fundadores. Composto por no mínimo 3 membros, com mandato de 3 (três) anos, permitidas reeleições.
- d. Conselho Fiscal, órgão colegiado, constituído por 2 (dois) membros, com mandato de 3 (três) anos, permitidas reeleições.
- e. Conselho de Administração, órgão colegiado, constituído por no mínimo 3 (três) e no máximo 11 (onze) membros, com mandato de 3 (três) anos, permitidas reeleições.

**COVID-19:** A instituição junto a seus associados e colaboradores continua fazendo sua parte para evitar a propagação da COVID-19.

Seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde e também pelos Governos estaduais (Rio de Janeiro e São Paulo) e municipais (Rio de Janeiro e São Paulo), onde se localizam seus escritórios, a instituição implantou medidas a fim de preservar e assegurar a saúde e segurança dos seus empregados e colaboradores. Neste sentido, a partir de março/20, foi adotado o regime de teletrabalho e outras medidas como o cancelamento de eventos presenciais, a redução de viagens exceto as consideradas essenciais, e a utilização das tecnologias de teleconferência e videoconferência para reuniões internas e externas. A partir de 2022, gradualmente, o IEPS está retomando algumas atividades presenciais e viagens, assim como implementando um modelo híbrido de trabalho, no qual a equipe voltou a frequentar o escritório presencialmente, de forma limitada e escalonada, respeitando-se sempre as medidas sanitárias de distanciamento social e higiene.

**Impactos da COVID-19** - Mesmo com ineditismo da situação, do impacto da pandemia na economia, a instituição manteve suas operações em níveis estáveis, garantindo a normalidade das atividades planejadas para o ano de 2021.

**Continuidade das atividades e efeitos da pandemia de COVID-19** - A Administração, no gerenciamento e monitoramento de riscos, com auxílio das estruturas vigentes, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não identificou indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

## **2. BASE PARA PREPARAÇÃO**

### **a) Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a pequenas e médias empresas (Resolução Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.255/09, NBC TG (R1) 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, que aprovou o pronunciamento técnico PME do Comitê de Pronunciamento Contábeis - CPC) e em conformidade com a Resolução do CFC nº 1.409/12, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a ITG 2002 - Entidades sem finalidades de lucros, alterada e consolidada em 21 de agosto de 2015 como ITG 2002 (R1).

A Administração do Instituto autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 14 de julho de 2022.

**b) Base de mensuração**

As demonstrações financeiras do Instituto foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não-derivativos designados a valor justo por meio do resultado, mensurados pelo valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

**c) Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras do Instituto são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas, exceto quando indicado de outra forma.

**d) Uso de estimativas e julgamentos**

Os itens das demonstrações financeiras onde a prática de julgamento pela Administração para determinação do valor de tais itens pode ser considerada mais relevante referem-se à determinação das vidas úteis do ativo imobilizado e provisões para passivos trabalhistas.

**3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

**a. Instrumentos financeiros**

**(i) *Ativos financeiros não derivativos***

O Instituto reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação quando se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

*Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja identificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Instituto gerencia seus investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. São medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

*Empréstimos e Recebíveis*

São ativos financeiros com pagamentos fixos e calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

#### *Caixa e equivalente de caixa*

Compreendem os montantes de caixa e aplicações financeiras disponíveis em contas bancárias de livre movimentação. Essas aplicações são classificadas na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado”.

#### **(ii) Passivos financeiros não derivativos**

O Instituto reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Instituto possuía os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar, obrigações trabalhistas e sociais e recursos para projetos sociais.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

#### **b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas**

As doações e contribuições recebidas para custeio operacional são contabilizadas em contas de receita, que são divididas em Receitas com restrições e Receitas sem restrições.

Recebimento de recursos com restrições – registram os recursos recebidos, firmados em instrumentos contratuais com doadores e destinados às atividades sociais desenvolvidas pelo Instituto. São reconhecidos como valores a receber dos doadores e obrigação do Instituto perante os doadores e são contabilizados inicialmente no ativo – Doações a Receber e no passivo – Obrigações com Projetos Sociais. As doações têm seu reconhecimento em conta de receita a partir da realização efetiva das despesas com os projetos sociais as quais estão vinculadas.

Recebimento de recursos sem restrições – registram os recursos de prestação de serviços e das contribuições e doações voluntárias. As receitas de doações voluntárias variam em função do nível de assistência que o doador está disposto a oferecer ao Instituto. Esses recursos são contabilizados diretamente na conta de resultado, em Receitas Operacionais.

Os valores relativos às doações de recursos internacionais são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio nas datas de início de vigência dos contratos, incorporando as variações cambiais ocorridas até a data do fechamento do balanço.

O reconhecimento das despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

#### **c. Instrumentos financeiros derivativos**

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, incluindo operações de *hedge*.

#### d. Imobilizado

##### (i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessárias. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Um item do imobilizado é baixado após a alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Ganhos e perdas na baixa ou na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

##### (ii) Depreciação

A depreciação dos itens do ativo imobilizado é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

	2021	2020
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	42 meses	42 meses

As benfeitorias em imóveis de terceiros são amortizadas com base no prazo de vigência do contrato de locação do imóvel.

#### e. Intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros (softwares) e são mensurados pelo custo total de aquisição. A amortização foi calculada pelo método linear, com vida útil estimada de 5 anos.

#### f. Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. O Instituto não identificou nenhum ativo com redução no seu valor recuperável.

#### g. Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

#### **h. Patrimônio Social**

Representa o patrimônio inicial do Instituto, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados mensalmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais do Instituto.

#### **i. Obrigações, imunidades e isenções tributárias**

O Instituto, por sua finalidade e objetivos e por atender aos requisitos da legislação em vigor (Artigo 15 da Lei nº 9532/97 e artigo 170 do Regulamento do Imposto de Renda - RIR), usufrui de isenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Não estão abrangidos pela isenção do imposto de renda os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras que, de acordo com a norma tributária, são retidos na fonte.

#### **j. Apuração do superávit ou déficit**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

### **4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

A conta bancária é destinada ao recebimento dos recursos das operações da Instituição e à liquidação das despesas correntes, não havendo restrições, bem como bloqueios judiciais para suas movimentações.

<u>Descrição</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa e bancos	24.965	11.980
	<u>24.965</u>	<u>11.980</u>

### **5. TÍTULO E VALORES MOBILIÁRIOS**

O Instituto possui investimentos financeiros que referem substancialmente a aplicações em instrumentos de Renda Fixa, discriminados a seguir:

<u>Descrição</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Itaú - Priv. Exclusive FIC		1.079.904	283.412
Itaú - CDB Pós fixado	17/04/2024	2.903.727	-
Bradesco - CDB Invest Facil	07/12/2023	13.522	12.916
Bradesco - FIC FI RF Referenciado DI		6.421	265.090
		<u>4.003.574</u>	<u>561.418</u>

### **6. CRÉDITOS**

O Instituto possui créditos que estão discriminadas a seguir:



<u>Descrição</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Creditos a receber	10.487	1.023
	<u>10.487</u>	<u>1.023</u>

## 7. DOAÇÕES A RECEBER

Os recursos de doações a receber, destinados à execução das atividades estatutárias e firmados em instrumentos contratuais, são reconhecidos no ativo tendo como contrapartida uma obrigação do Instituto perante aos doadores e/ou parceiros (Nota 12). Essas obrigações são reconhecidas nas contas de resultado de acordo com a realização das despesas prevista no contrato firmado.

O Instituto possui doações a receber, divididas em curto prazo e longo prazo e por doadores, que estão discriminadas a seguir:

<u>Descrição</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Doações a receber - curto prazo	2.323.336	1.169.157
Doações a receber - longo prazo	1.929.891	2.234.843
	<u>4.253.227</u>	<u>3.404.000</u>

Os valores da tabela acima estão descritos, de forma analítica, na tabela abaixo.

<u>Curto Prazo</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
ASSOCIAÇÃO UMANE	1.636.062	1.169.157
INSTITUTO CACTUS	307.178	-
AMAZON AWS SERV BRASIL LTDA	200.095	-
INSTITUTO ÇARE	180.000	-
	<u>2.323.336</u>	<u>1.169.157</u>
<u>Longo Prazo</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
ASSOCIAÇÃO UMANE	893.938	2.234.843
INSTITUTO CACTUS	370.328	-
INSTITUTO ÇARE	665.625	-
	<u>1.929.891</u>	<u>2.234.843</u>

O continuidade do repasse dos recursos com restrições ao Instituto pelo doador está condicionado à comprovação das atividades realizadas, que é efetuada através do envio da prestação de contas periódica e apresentação das demonstrações financeiras auditadas.

## 8. IMOBILIZADO

Descrição	Taxas Anuais Depreciação	Valor líquido 31/12/2020	Aquisições	Baixas	Depreciação/ Amortização	Valor líquido 31/12/2021
Equipamentos de Informática	20%	139.238	96.264	-	(39.300)	196.201
Móveis e Utensílios	10%	160.021	-	-	(19.740)	140.281
Máquinas e Equipamentos	20%	25.268	-	-	(3.063)	22.205
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		101.344	-	-	(57.911)	43.433
<b>Total Imobilizado</b>		<b>425.870</b>	<b>96.264</b>	<b>-</b>	<b>(120.013)</b>	<b>402.120</b>
Intangível - Software	20%	18.326	-	-	(5.004)	13.322
<b>Total intangível</b>		<b>18.326</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(5.004)</b>	<b>13.322</b>

f

O Instituto não identificou indícios de desvalorização do valor recuperável de seu ativo imobilizado, conforme previsto no CPC PME.

## 9. CONTAS A PAGAR

Descrição	2021	2020
Fornecedores	982	9.898
Pro labore	-	29.632
	<b>-</b>	<b>29.632</b>

## 10. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS A RECOLHER

Descrição	2021	2020
IRRF terceiros PJ (1708)	-	158
CSRF terceiros PJ (5952)	-	488
INSS retido de terceiros	-	32
	<b>-</b>	<b>677</b>

## 11. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS A RECOLHER

Descrição	2021	2020
Provisão de férias	200.219	104.439
	<b>200.219</b>	<b>104.439</b>

## 12. RECURSOS PARA PROJETOS SOCIAIS

O Instituto possui obrigações decorrentes de recursos de doações com restrições, divididas em curto prazo e longo prazo e por doadores, que estão discriminadas a seguir:

Descrição	2021	2020
Recursos de doações - curto prazo	2.579.066	1.438.790
Recursos de doações - longo prazo	1.929.891	2.234.843
	<b>4.508.958</b>	<b>3.673.633</b>

Os valores da tabela acima estão descritos, de forma analítica, na tabela abaixo.

<b>Curto Prazo</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
ASSOCIAÇÃO UMANE	1.663.976	1.438.790
INSTITUTO CACTUS	324.850	-
AMAZON AWS SERV BRASIL LTDA	175.041	-
INSTITUTO ÇARE	415.200	-
	<u>2.579.066</u>	<u>1.438.790</u>
<b>Longo Prazo</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
ASSOCIAÇÃO UMANE	893.938	2.234.843
INSTITUTO CACTUS	370.328	-
INSTITUTO ÇARE	665.625	-
	<u>1.929.891</u>	<u>2.234.843</u>

### 13. PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social é representado por fundos originados dos resultados anuais e das doações de bens e recursos recebidos, a serem utilizados na consecução dos objetivos sociais do Instituto.

Na hipótese de o Instituto perder a atribuição conferida pela Lei nº 9.790 de 23 de março de 1999, o acervo patrimonial do Instituto deverá ser transferido para outra(s) pessoa(s) jurídica(s) qualificada(s).

O Estatuto Social proíbe a distribuição de quaisquer parcelas do patrimônio social ou do superávit apurado, devendo ser aplicados unicamente na operação do Instituto.

### 14. ATIVIDADES PROGRAMÁTICAS

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Programas de Bolsas - FGV	139.625	139.625
Eventos	2.737	500
Serviços de Terceiros	1.645.702	582.005
Despesas com pessoal	2.123.604	1.042.173
	<u>3.911.668</u>	<u>1.764.303</u>

As despesas com pessoal relacionadas às "Atividades Programáticas" referem-se à equipe contratada do IEPS trabalhando diretamente em diversos programas sob gestão do IEPS ligados aos objetivos do Estatuto Social.

### 15. DESPESAS COM PESSOAL

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Remuneração	905.911	614.936
Encargos sociais	239.201	148.212
Benefícios	203.064	115.240
	<u>1.348.176</u>	<u>878.388</u>

As despesas de pessoal referem-se à equipe contratada do IEPS, inclusive a de Administração do Instituto.

**16. SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS**

<u>Descrição</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Serviços prestados PF / Encargo Social	6.836	-
Serviços prestados PJ	4.189	7.309
Assessoria contábil	61.475	46.000
Assessoria jurídica	30.238	1.456
Serviços de informática	36.956	55.639
Auditoria contábil	-	20.500
Serviços de Limpeza	4.320	6.120
Consultoria em Administração	-	5.200
Traduções e Transcrições	13.564	-
	<u>157.578</u>	<u>142.224</u>

**17. VIAGENS E ESTADIAS**

<u>Descrição</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Passagens aéreas	26.558	3.551
Transportes terrestres	447	307
Hospedagens	5.656	-
Outras despesas de viagens	13.050	-
	<u>45.711</u>	<u>3.858</u>

**18. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b><u>Infra Estrutura</u></b>		
Aluguel e Condomínio	241.781	271.860
Telefone	6.660	6.763
Energia Elétrica	8.094	8.458
Conservação e Manutenção de Equipamentos	-	2.080
Locações	200	-
Internet	17.322	16.368
Site	7.651	2.129
<b><u>Administrativas</u></b>		
Material de Informática e Escritório	283	694
Material de Limpeza e Copa	-	707
Lanches e Refeições	-	1.911
Confraternização	6.775	12.416
Impressões, cópias e encadernações	110	155
Legais, judiciais e cartório	2.478	662
Correios	321	-
Serviços de entregas e fretes	2.105	501
Livros, jornais e revistas	3.178	-
Transporte, estacionamento e pedágio	1.432	790
Anuidades	444	150
Outras despesas	983	-
	299.817	325.644

## 19. **ENCARGOS E IMPOSTOS**

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
ISS	2.814	200
Taxas	878	642
Impostos Federais	16.505	-
ITCMD	44.760	12.320
	64.957	13.162

## 20. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

<u>Descrição</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b><u>Receita Financeira</u></b>		
Receita financeira	224.670	23.436
<b><u>Despesas Financeiras</u></b>		
Imposto de Renda sobre Aplicação Financeira	(21.998)	(4.712)
Despesas com IOF	(2.518)	(1.427)
Tarifas Bancárias	(3.605)	(160)
Variação Cambial (perdas)	(22)	(28)
Multas e Juros Moratórios	(1.413)	(49)
	<u>195.114</u>	<u>17.060</u>

## 21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalente de caixa, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

### Estimativa do valor justo

A Administração do Instituto procede a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado utilizando-se das informações disponíveis e metodologias apropriadas, procedimento este que requer considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor justo. A consistência desse valor justo é revisada pela Administração.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante este exercício o Instituto não realizou operações com derivativos.

Em função das características e forma de operação, bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Instituto está sujeito a risco de crédito e risco de liquidez.

### (i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Instituto incorrer em perdas financeiras caso um instrumento financeiro falhe em cumprir suas obrigações contratuais. Os valores de caixa e equivalentes de caixa em instituição financeira apresentados na tabela abaixo representam a máxima exposição de crédito sobre esses ativos:

<u>Descrição</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa e Bancos	24.965	11.980
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4.003.574	561.418
Créditos a receber	10.487	1.023
Doação a receber-CP	2.323.336	1.169.157
	<u>6.362.362</u>	<u>1.743.578</u>

**(ii) Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Instituto na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto.

**(iii) Hierarquia do valor justo**

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Instituto usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** – Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);
- **Nível 3** – Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros do Instituto está classificado como Nível 2 (representado pelas aplicações financeiras).

## **22. PARTES RELACIONADAS**

São partes relacionadas do Instituto os Associados Fundadores, os Diretores e os membros do Conselho Consultivo.

**Associados Fundadores** - O Instituto tem contrato de aluguel do escritório do Rio de Janeiro com a Gávea Investimentos, que tem entre seus sócios um dos associados Fundadores do Instituto, o Sr. Arminio Fraga Neto. O valor contratual do aluguel é compatível com valores praticados no mercado para imóveis similares.

**Membros da Diretoria** – No Estatuto Social do Instituto possui previsão para remunerar os membros da Diretoria por sua atuação e pela prestação de serviços específicos.

**Conselho Consultivo e Conselho Fiscal** - conforme determina o Estatuto Social, os membros dos Conselhos Consultivo e Fiscal não são remunerados. Assim sendo, o Instituto não concede nenhum tipo de remuneração, em razão das competências, funções ou atividades que lhes forem atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

## **23. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS**

Em 31 de dezembro de 2021 não existiam reclamações trabalhistas contra o Instituto classificadas como perda provável e/ou possível que requeresse provisão para contingências.

#### **24. EVENTOS SUBSEQUENTES**

Até 14/07/2022, data de autorização de sua emissão, não ocorreram eventos que pudessem alterar de forma significativa estas demonstrações financeiras e não há indícios que as atividades e as operações do Instituto tenham sido comprometidas.

Miguel de Ouro Preto Corrêa do Lago  
Diretor Presidente

Angelita Gonçalves Rangel  
Contadora CRC/RJ 062.161-4